



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE ABRIL DE 2022

ATA N.º 2/2022

(CONTÉM 36 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de 11 de abril de 2022, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no miniauditório municipal, pelas 10 horas, com a seguinte ordem do dia:

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Período antes da ordem do dia;
3. Aprovação da ata da sessão realizada a 18 de fevereiro de 2022;
4. Apreciação e aprovação do Relatório e Prestação de Contas 2021;
5. Pedido de sinalização – Requerente: Município de Miranda do Douro - Rua do Cabeço - Freguesia de Miranda do Douro;
6. Pedido de sinalização – Santa Casa de Misericórdia de Miranda do Douro – Largo da Misericórdia – Freguesia de Miranda do Douro;
7. Apreciação da informação a prestar pela Sr.^a Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros:

Nada a registar.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Óscar João Atanásio Afonso, António Manuel Marques dos Santos, Pedro Velho Ferreira, Maria Virgínia Lopes Preto, Marisa Cristina Torrado Ortega, Paulo Augusto Rodrigues Barbosa, Cristina Maria Teles de Sousa Martins em substituição de Emanuel David Carção, Júlio Ricardo Gonçalves Miguel, Marisa Pardal Lavrador em substituição de Eduardo Luís Tiago B. Sanches da Gama,



Clara Inês Lucas Martins, Vera Lúcia Alves Ruano, Fernando Vaz das Neves, Emanuel Pinto Bernardo, Urbino Anjos Correia, Bárbara Alexandra Couto Fráguas, Carlos Eduardo Córdova Pera, José Marcelino Antão, Camilo António Vaz das Neves Raposo, Francisco José Carvalho Parreira, Gualdino Manuel Fernandes Raimundo, António Jorge Jacoto Lourenço, António José Fernandes Ribeiro, Lísis Fernandes Gonçalves, Tiago Filipe Fernandes Martins, Nélio Miguel Seixas, Luís Miguel Poço Santiago, Silvino Francisco Preto Silva, António Preto Mamede.

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo:

Helena Maria da Silva Ventura Barril, Nuno Marcos Rodrigues, Vítor Manuel Vaz Bernardo e Carlos do Nascimento Ferreira.

Constatou-se a ausência do seguinte membro do Órgão Executivo: Júlio Meirinhos Santana.

Confirmando-se a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Óscar João Atanázio Afonso, declarou aberta a sessão eram dez horas.

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou os seus cumprimentos a todos quantos se encontravam na sessão e prosseguiu dando posse às candidatas, as deputadas pela Coligação PSD/CDS-PP “Tempo de Acreditar”, nomeadamente, a Deputada Marisa Pardal Lavrador, em substituição do Deputado Eduardo Luís Tiago B. Sanches da Gama e a Deputada Cristina Maria Teles de Sousa Martins, em substituição do Deputado Emanuel David Carção, tendo sido ambas empossadas nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Em seguida, apresentou, sob proposta do Executivo da Câmara Municipal, a introdução de diversos assuntos na ordem de trabalhos, designadamente:

- **Pedido de sinalização – Município de Miranda do Douro – Rua do Cabeço – Freguesia de Miranda do Douro.**
- **Pedido de sinalização – Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro – Largo da Misericórdia – Freguesia de Miranda do Douro.**
- **Delegação de competências no domínio da educação – D.L. 21/2019, de 30 de janeiro;**



- **Alteração ao mapa de pessoal 2022;**
- **9.ª Alteração orçamental aos documentos previsionais para 2021, que compreende a 1.ª alteração modificativa ao orçamento da despesa, a 1.ª alteração modificativa ao plano plurianual de investimento, a 1.ª alteração modificativa ao orçamento da receita, a 1.ª alteração ao plano de atividades municipais e a revisão do quadro plurianual de programação orçamental;**
- **Relatório de análise e ponderação do período de discussão pública – Operação de reabilitação urbana do Centro Histórico de Miranda do Douro – Requerente: Câmara Municipal de Miranda do Douro.**
- **Relatório de análise e ponderação do período de discussão pública - Operação de reabilitação urbana de Palaçoulo – Requerente: Câmara Municipal de Miranda do Douro.**
- **Relatório de análise e ponderação do período de discussão pública – Operação de reabilitação urbana de Sendim – Requerente: Câmara Municipal de Miranda do Douro.**
- **Protocolo - Condições de contratação e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente: Associação dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Douro e Associação dos Bombeiros Voluntários de Sendim.**

Nenhum dos membros presentes nesta sessão se opôs à introdução destes assuntos na ordem do dia, pelo que passaram a integrá-la sob os números de ordem 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13.

1. Informações.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que quisessem interviessem neste ponto, inscrevendo-se os seguintes membros: Fernando Vaz das Neves, Tiago Martins, Óscar Afonso e Jorge Jacoto Lourenço.

O **Deputado Fernando Vaz das Neves**, cumprimentou todos os presentes e na qualidade de membro da Comissão de Toponímia deste concelho dirigindo-se aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia presentes transmitiu que as placas de identificação das ruas já se encontram na Câmara Municipal e que logo que tivesse oportunidade lhes enviaria uma mensagem através de correio eletrónico para acertarem uma data no sentido de irem levantar as referidas placas para colocarem nas ruas das respetivas freguesias.

O **Presidente da União de Freguesias de Constantim e Cicouro**, Tiago Martins, cumprimentou todos os presentes e em seguida dirigiu um convite a todos para participarem na Romaria de Nossa Sr.ª da Luz que decorrerá no próximo fim de semana em Constantim, junto ao respetivo santuário.



O **Presidente da Assembleia Municipal**, Óscar Afonso transmitiu, ainda a propósito do Circulo de Estudos do Centralismo, que a escritura de constituição do Circulo de Estudos do Centralismo será celebrada na próxima sexta-feira, dia 29 de abril.

Mencionou que, neste momento a iniciativa já conta com muitos associados inscritos, maioritariamente de pessoas fora da Terra de Miranda, apelando a todos os membros que integram esta assembleia municipal no sentido de aderirem a esta iniciativa tornando-se associados. Lembrou que, as pessoas que se associarem neste momento serão sócios fundadores a partir do dia 29 de abril, aquando da oficialização deste Centro de Estudos, e de entre os sócios fundadores os que estiveram presentes no ato da escritura serão outorgantes.

Mais uma vez fez o apelo a todos os presentes para que se tornassem associados, porque considera que o Centro de Estudos tornar-se-á um organismo que com bastante impacto, solicitando ao Dr. Jorge Jacoto Lourenço, na qualidade de Arquivista, e sendo ele quem está a tratar das inscrições, que elucidasse a respeito da quantidade de inscrições já efetuadas neste âmbito, bem como de quem são as pessoas que neste momento estão já inscritas.

O **Dr. Jorge Jacoto Lourenço**, interveio na qualidade de Arquivista do Arquivo Municipal, cumprimentou todos os que se encontravam presentes e prosseguindo deu nota de que hoje mesmo enviará a todos os membros desta assembleia municipal mensagem via correio eletrónico a convida-los para que, caso assim entendam, se associem ao Centro de Estudos do Centralismo, referindo que já tinha sido enviado esse mesmo convite aos ex-presidentes de câmara do Município de Miranda do Douro, os quais, caso aceitem serão sócios fundadores.

Indicou que, foi feito o convite a mais de uma centena de pessoas dos mais variantes quadrantes políticos, referindo que uma associação desta natureza deve ser uma associação transversal. Referiu que se trata de pessoas, tais como, ex-ministros, mencionando o nome de diversas personalidades da vida política nacional, bem como do mundo académico, afirmando que é um orgulho para todos nós ter pessoas deste calibre neste concelho.

Aludiu que são também convidados os Presidentes dos Municípios da Terra de Miranda, concretamente os Senhores Presidentes das Câmaras Municipais de Mogadouro e de Vimioso, os quais foram formalmente convidados pelo Executivo da Câmara Municipal deste município.

Vincou que, as pessoas que estiverem presentes no dia da escritura de oficialização do Centro de Estudos, que será celebrada no próximo dia 29 de abril, no período da tarde, no salão nobre da câmara municipal, serão considerados sócios fundadores.



Mencionou que quantos mais associados forem melhor, sublinhando que um tema desta natureza, num período em que vão ser debatidas as questões da descentralização, as quais já estão em cima da mesa, com todos os problemas associados, nomeadamente a questão do Presidente da Câmara Municipal do Porto que decidiu retirar-se da Associação Nacional de Municípios, as questões da regionalização, e portanto, nada melhor do que ter neste concelho uma associação desta natureza para serem discutidos estes assuntos.

Fez alusão que a esta associação estará associada uma biblioteca, o que considera fundamental, cometendo que será um local de investigação para estudantes e investigadores poderem desenvolver a sua ação através do acervo que lá podem encontrar, que é bastante considerável, que foi oferecido por diversas individualidades e entidades, nomeadamente do Dr. Miguel Cadilhe, da Associação António de Almeida, do CPESE do Porto, da Santa Casa da Misericórdia do Porto, de entre outras personalidades e instituições.

Transmitiu que neste momento a associação conta já com a inscrição efetiva de cerca de cinquenta pessoas, um número notável para iniciar, deixando mais uma vez o repto para que os membros que integram esta assembleia municipal se associem a esta iniciativa.

Concluído o período das intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu prosseguimento aos trabalhos passando ao ponto número dois da ordem do dia.

2. Período antes da ordem do dia.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que quisessem intervissem neste ponto, tendo-se inscrito os membros a seguir indicados: Francisco Parreira, Marisa Lavrador, Gualdino Raimundo, Luís Santiago, António dos Santos, António Mamede, Emanuel Bernardo, Camilo Vaz das Neves, Jorge Lourenço e Silvino Silva.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro**, Francisco Parreira, cumprimentou todos os que participavam nesta sessão, e prosseguiu apresentando o seu agradecimento ao Executivo da Câmara Municipal pela brilhante organização da Feira da Bola Doce, deixando nota de que há já algum tempo que não se deparava com tanta gente em Miranda do Douro.

Referindo-se à questão da sinalização urbana, propôs ao Executivo Municipal, no sentido de melhorar a orientação das pessoas que visitam esta cidade e este concelho, a criação de uma Comissão para a Sinalização dos espaços públicos, para que sejam colocadas mais placas de sinalização dentro das localidades por forma a que quem visita este concelho consiga chegar mais facilmente a determinados pontos de referência e de interesse, bem como a determinadas



instituições e serviços, apelando para que a sinalização que venha a ser colocada seja uniforme em todo o concelho, por forma a evitar discrepâncias.

A **Deputada Marisa Lavrador** apresentou os seus cumprimentos a todos quantos se encontravam na sessão e continuou recordando que era já repetente nesta assembleia como deputada pelo PSD no anterior mandato.

Felicitou todos os presentes pela sua eleição como membros desta assembleia, eleitos democraticamente, referindo que o objetivo deles, enquanto membros de órgão como este é a salvaguarda dos interesses municipais e a promoção do bem-estar da população.

Manifestou a sua satisfação por ter tido a oportunidade de voltar a fazer parte ativa desta assembleia.

Enalteceu o trabalho desenvolvido pelo atual Executivo Municipal, bem como o trabalho desenvolvido por parte de todas as pessoas envolvidas na produção, e organização dos eventos socioculturais realizados recentemente na sede de concelho, nomeadamente os concertos de primavera, e os concertos de musica sacra, apresentados nas igrejas, e de entrada livre.

Congratulo também o Executivo Municipal pela forma como organizou a Feira da Bola Doce e pela criatividade da disposição das tendas, bem como por toda a dinâmica cultural e turística promovida localmente.

Deu destaque e agradeceu o trabalho desenvolvido pela Igreja, pela Associação Mirandanças, e aos mais de cinquenta voluntários pela iniciativa de encenação da obra "Paixão de Cristo". Entende que levaram a cabo no período pascoal, afirmando que se trata de um ponto de atração turístico, que promove a participação e o envolvimento da população e o desenvolvimento comunitário local.

Comentou que o Teatro Comunitário ou também denominado o Teatro de Vizinhos deve ser promovido e incentivado por este Executivo Municipal de várias formas, tais como, com verbas próprias, com a criação de oficinas teatrais, com ferramentas de ação teatrais, para que cada ano se possa fazer mais e melhor.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Palaçoulo**, Galdino Raimundo, cumprimentou todos os presentes e prosseguiu parabenteando o Executivo Municipal e a Mesa da Assembleia Municipal por terem sido eleitos, bem como aos seus congéneres Presidentes de Junta de Freguesia.

Referindo-se à questão da sinalização, perguntou em relação aos acessos dos caminhos rurais às vias publicas principais, em especial às vias municipais e às vias nacionais, se caso alguém



pretende-se colocar sinalização de quem é a competência e se em função dessa competência se careceria sempre da autorização da assembleia municipal a colocação de sinalização.

O **Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor**, Luís Santiago, apresentou os seus cumprimentos a todos em geral e em seguida felicitou o Executivo Municipal pela excelente organização da Feira da Bola Doce, mencionando que foi um fim de semana alargado e como tal constatou, sempre que esteve presente, que o evento foi um sucesso total, tendo afluído muita gente ao mesmo esperando que seja o início do regresso à vida normal, pós-pandemia.

Felicitou o Executivo Municipal pelo acordo que fez com o Exército Português no sentido de cederem máquinas para efetuar a limpeza dos caminhos rurais, assim como por ter decidido mandar limpar em primeiro lugar o Caminho dos Pisões, que dá acesso ao rio em Sendim. Disse que foi uma boa decisão, mencionando que não foi por acaso que isso aconteceu, mas porque em Sendim existe uma associação, a Associação a Mirai Q'alforjas que tem caiaques e barcos para pôr em funcionamento no verão e por esse motivo considera ter sido uma boa opção, mandar preparar já o caminho para que quando se fizer sentir o bom tempo poder dar início a essas atividades náuticas.

Ainda em relação à realização de feiras neste concelho, disse que espera que o Executivo Municipal não concentre todas as feiras em Miranda do Douro, aludindo que Sendim realiza uma grande feira anual que é a sobejamente conhecida Feira dos Gorazes, sendo sua intenção, enquanto Presidente de Junta de Freguesia, dinamizar ainda mais a referida feira, contando, para esse efeito, com o apoio da Câmara Municipal.

Para finalizar, congratulou o Grupo Desportivo de Sendim por ter sido apurado para competir na final da taça distrital, cujo jogo decorrerá em Miranda do Douro no próximo dia um de maio, dirigindo um convite a todos os presentes para assistirem ao desafio, e fazendo votos para que o Grupo Desportivo de Sendim se consagre vencedor deste campeonato.

O **Deputado António dos Santos**, cumprimentou todos os que se encontravam na sessão e deu as boas vindas aos novos membros que acabaram de ser hoje empossados.

Deixou nota muito positiva a respeito das atividades desenvolvidas no fim de semana da Páscoa, aludindo que voltou a ver-se gente como há muito tempo não se via em Miranda do Douro, salientando da importância que isso tem para o desenvolvimento da economia local.

Comentou que, finalmente se está a regressar a alguma normalidade, afirmando que isso é muito bom e que é um caminho que deve ser seguido.



Concordou com o que foi anteriormente dito pelo Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro quando se referiu à sinalização, comentando a esse respeito que embora tenha ocorrido uma grande quantidade de gente à cidade, sem embargo algumas dificuldades para chegarem aos locais, nomeadamente devido à parca sinalização, devido à falta de estacionamento, afirmando que urge de facto repensar e melhorar as condições para eventos futuros.

Transmitiu a sua preocupação a respeito do que lhe foi chegando através de alguns Presidentes de Junta de Freguesia relativamente à limpeza dos caminhos rurais, assim como das próprias aldeias. A esse respeito disse que os Presidentes de Junta de Freguesia se estão a debater com algumas dificuldades que se prendem com esta questão da inflação e do aumento dos combustíveis, e aproximando-se o período dos incêndios também se aproxima o fim do período das limpezas e nesse sentido perguntou ao Executivo Municipal se estão a pensar reforçar o orçamento das juntas de freguesia especificamente para esta questão. Acredita que, segundo o que lhe chegou a esse respeito, seria muito importante trabalhar nesse sentido de reforçar o orçamento das juntas de freguesia e ver a questão das máquinas para efetuar a limpeza das aldeias por forma a evitar situações complicadas, como as que já aconteceram no passado as quais se prendem com esse flagelo dos incêndios florestais.

Por fim, dirigindo-se ao Executivo Municipal perguntou se têm prevista alguma atividade para celebrar a data do “25 de abril”, recordando que se não tivesse acontecido não estariam aqui hoje nesta digna Assembleia, e caso estejam a pensar fazer algum evento dedicado a essa data gostaria de se associar. Se não estão a pensar sinalizar essa ocasião gostaria que fosse repensada essa decisão, porque considera que é uma data que nos diz muito a todos e que não deve passar em claro.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã de Braciosa**, António Mamede, apresentou a todos os presentes os seus cumprimentos, e prosseguindo deixou uma intervenção escrita cujo teor passa é ser integralmente transcrito.

“Em primeiro lugar quero dar os parabéns ao Executivo da Câmara Municipal pela promoção dos muitos e variados eventos que decorreram um pouco por todo o concelho e mais concretamente na cidade de Miranda do Douro, dos quais se destacou a “Feira da Bola Doce e dos Produtos da Terra”, quero, assim assinalar e exaltar a nova dinâmica e o impulso que incutiram em todos estes eventos e a projeção que deram às gentes das Terras de Miranda do Douro. Fiquei muito agradado com o que presenciei, vi, ouvi.”



Neste momento aqui quero manifestar o meu pesar, a minha consternação pela guerra da Rússia contra a Ucrânia, que a todos nos preocupa, aflige e afeta. Se por um lado estamos a terminar uma guerra silenciosa, a pandemia, por outro, entramos e continuamos noutra guerra mais barulhenta, a das armas. Faço, pois, votos, para que termine rapidamente e a breve trecho de forma negociada e que se apaziguem os ânimos, enfim, que haja paz.

Quero reivindicar algumas “necessidades” que se constatam na freguesia de Vila Chã da Braciosa:

Solito ao Executivo Municipal a execução célere de uma nova ETAR de Freixiosa tendo a Junta de Freguesia já adquirido um terreno para o efeito, pois a ETAR existente de Freixiosa esta partida, já apresenta muita degradação, por vezes liberta um cheiro nauseabundo, tratando-se já um caso de saúde pública.

Também solito ao Executivo do Município que faça uma rotunda nova à entrada de Freixiosa, que substitua o triângulo ali existente, pois aqui está sempre eminente alguma perigosidade para o trânsito que ali circula.

Já que de trânsito falo, peço de forma insistente a colocação de bandas redutoras de velocidade e de alguns sinais de trânsito em algumas ruas e vias de Freixiosa, Vila Chã de Braciosa e de Fonte d’Aldeia para melhor controlar o trânsito e diminuir os sempre eminentes perigos de acidentes, assim como sinais de trânsito. Peço também três postes de iluminação pública, que são necessários, em algumas ruas da aldeia de Freixiosa.

Por último relembro a necessidade de uma intervenção urbanística na Rua das Pereiras, aliás, ao longo de vários mandatos foi uma promessa eleitoral não cumprida.

Obrigado. Tenho dito!”

O **Deputado Emanuel Bernardo**, cumprimentou todos os presentes e continuou a sua intervenção congratulando a Associação dos Bombeiros Voluntários de Sendim pela doação à Ucrânia de uma ambulância.

Saudou o regresso da Feira da Bola Doce dizendo que espera que o evento atraia cada ano mais visitantes para Miranda do Douro.

Por fim, deixou nota acerca de um assunto que já tinha falado na sessão passada, nomeadamente o Regimento da Assembleia Municipal, afirmando que o grupo do PS está disponível para dialogar a respeito dos pontos que considera que devem ser revistos no referido regimento.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas**, Camilo Vaz das Neves, cumprimentou todos os que se encontravam presentes e prosseguiu manifestando o seu agrado relativamente aos



eventos levados a cabo pelo Executivo Municipal, dizendo que gosta da Bola Doce Mirandesa, mas que, adora o cordeirinho Mirandês.

Fazendo alusão ao evento que decorreu em Malhadas, concretamente o XXV Concurso da Raça Churra Galega Mirandesa, o que considera ter corrido brilhantemente, mencionado que já há alguns anos que vem assistindo a esse concurso, tendo verificado que este ano nesse dia o repasto foi espetacular, louvando o facto e fazendo votos à cozinheira, que disse ser de Malhadas e que serviu dignamente.

Deixou uma chamada de atenção, dizendo que toda a gente se refere aqui na assembleia à Feira da Bola Doce, mas que o concurso da Raça Churra Galega Mirandesa já se realiza há muitos mais anos que a Feira da Bola Doce.

Ainda a respeito do concurso da raça churra galega disse que foi efetivamente brilhante, mas que, houve um aspeto que o deixou preocupado, concretamente, o número de efetivo presente no concurso, afirmando que foi um número muito reduzido.

Atentou que as instituições que conceberam este evento, nomeadamente a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Malhadas, e a ACOM, fizeram todos os esforços para que o evento corresse bem e fosse grandioso, mas que ao nível de efetivo lhe suscitou preocupação. Mencionou que terá que se repensar qual é a forma de trazer mais gente, afirmando que isso se deve talvez a uma questão política. Muito embora haja vários fatores para que as pessoas não pudessem levar os animais ao concurso, o que considera preocupante, porque é um setor da economia local que é importante, é um ícone do nosso concelho, e que não se pode deixar cair o cordeiro mirandês de forma alguma, e por isso tem que se ver qual é a forma de cativar.

Alertou para uma conjuntura, um setor agrícola que está envolvida aqui, se bem que o próprio município não consiga intervir diretamente, deixando aqui este repto e ficar atento a algumas consultas públicas que existem no setor para que este território não saia prejudicado a esse nível. Disse que às vezes há formas de nos manifestar através de organizações e até particularmente, defendendo o nosso território, e não deixar cair esse setor. Apelou para o facto de que se o município poder fazer e poderá eventualmente ter oportunidade de falar com dirigentes políticos para que não se esqueçam do nosso território, convidando pessoas e organismos que estão representados e é nesses momentos aproveitar para salientar a importância do cordeiro mirandês no nosso território. Espera que o município tenha também em consideração este aspeto na questão da carne do cordeiro, assim como, na parte da bovina mirandesa.



O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Lourenço apresentou a todos os seus cumprimentos e proseguiu deixando uma palavra de boas vindas às duas deputadas que acabaram de ser empossadas, fazendo votos de bom trabalho nesta digníssima Assembleia.

Subscreveu todas as palavras que aqui foram ditas pelos intervenientes que o antecederam quando parabentearam o Executivo Municipal pelas iniciativas culturais desenvolvidas, quer diretamente quer indiretamente, através dos apoios atribuídos às associações que desenvolveram algumas das atividades, referindo a título exemplificativo a Associação Mirandanças, tal como a Mirai Q'alforjas, os Trasga. Referindo também os trails, as caminhadas, comentando que todos estávamos ávidos de poder sair, e tendo-se verifica o quase total levantamento das restrições impostas pelo estado devido à pandemia, que permitiu começarmos a ganhar uma nova vida sem descurar e sem esquecer que, efetivamente, a pandemia ainda não passou.

Deixou também uma palavra à consideração desta assembleia a respeito do “25 de abril”, afirmando que a melhor homenagem que pode ser prestada nesse âmbito é apresentar hoje nesta assembleia uma moção de repúdio por aquilo que têm sido as atrocidades que estão a ser cometidas na Ucrânia com a invasão e com a violação do direito internacional por parte da Rússia. Considera que é algo a que todos deviam aderir porque esse efetivamente é o nosso timbre, é o timbre da liberdade, do “25 de abril”, que nos permitiu estar hoje aqui e que infelizmente não permite aquelas pessoas. Em particular aquelas crianças que vemos, com destaque para aquela imagem daquela criança que com um número na mão seguiu da Ucrânia para a Polónia sozinha, o que se lhe afigura, no mínimo, algo que nos deve tocar.

Proseguiu deixando algumas notas, começando por apelar ao Executivo Municipal que considere criar uma ARU para a freguesia que representa, seja para Picote, seja para o Barrocal do Douro, pelos motivos que já antes referiu.

Perguntou também ao Executivo Municipal qual é o ponto da situação dos arranjos urbanísticos para Picote e Barrocal do Douro.

A respeito da sinalização expôs que em Picote se depara com um problema que tem a ver com a afluência e o fluxo turístico na freguesia, expondo que em determinadas fases se torna complicado gerir a afluência de trânsito, referindo que a Junta de Freguesia de Picote já mandou colocar alguma sinalética, mas que, para ser eficaz carece de aprovação por parte desta Assembleia Municipal, deixando esta questão à consideração do município, perguntando da possibilidade de apresentar uma proposta, porque conhecem o território, ir de visita ao local para ver qual seria a melhor maneira de reorganizar o sentido do trânsito e os locais de estacionamento para evitar que



haja um fluxo e uma pressão de trânsito na parte urbana mais antiga da aldeia, porque em caso de acidente tornar-se-á complicado a circulação do trânsito.

Subscreveu o que foi dito a respeito da limpeza das áreas rurais, dizendo que as juntas de freguesia contam todos os cêntimos, à semelhança do que acontece com o município, no entanto, o município tem outro estofa que não as juntas de freguesia, referindo que isso se encontra espelhado nos documentos de prestação de contas que vai ser aqui apresentada, constatando-se que o município tem uma folga. Mencionou que esta questão entronca outra questão que pretendia colocar, nomeadamente, saber qual é o ponto da situação dos protocolos a celebrar com as juntas de freguesia, por forma a perceberem como é que os presidentes de junta de freguesia podem dar resposta às suas preocupações, acreditando que essas serão também preocupações do Executivo Municipal.

O **Presidente da União de Freguesias de Silva e Águas Vivas**, Silvino Silva, apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes e em seguida deixou uma palavra de agradecimento ao Executivo Municipal por ter disponibilizado a máquina giratória para executar alguns trabalhos de limpeza numa ribeira que se encontra na localidade de Silva. Mencionou que a referida ribeira é uma das maiores linhas de água deste concelho, afirmando que sem o apoio concedido seria mais difícil executar aqueles trabalhos.

Aludiu que o Executivo Municipal, na pessoa do Sr. Vereador Vítor Bernardo, tem sido incansável no que respeita à concessão de apoio, dando conhecimento de que também foi arranjado um caminho junto a uma mancha de sobreiros na referida localidade, facultando desse modo acesso aos bombeiros em caso de incêndio.

O **Presidente da Assembleia Municipal** depois de concluídas todas as intervenções concedeu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas.

A **Presidente da Câmara Municipal** iniciou a sua intervenção apresentando os seus cumprimentos a todos quantos se encontravam presentes na sessão e prosseguiu referindo-se à Feira da Bola Doce e dos Produtos da Terra anunciando que é fácil perceber que há uma nova dinâmica com este Executivo Municipal. Comentou que o sucesso da Feira da Bola Doce se deveu naturalmente a esta nova dinâmica, mas também a uma série de fatores que fizeram com que o evento tivesse ascendido a um patamar com que provavelmente ninguém estaria a contar. Continuou aludindo que um dos fatores se devem a esse espírito pós-pandémico que se pretende assumir, bem como as condições meteorológicas e às festividades da Páscoa. Assim como, o



facto de muita gente optar por gozar férias neste período, verificando-se uma conjugação de fatores que conduziu ao sucesso da feira.

Mencionou que quando se organiza e se realiza um evento desta natureza naturalmente que surgem falhas, lembrando que este é o momento do balanço e que se constatou que nem tudo correu às mil maravilhas, concretamente no que concerne à sinalização do trânsito.

Transmitiu que brevemente reunirá com todos os funcionários que estiveram envolvidos no evento mencionado para fazer um balanço e identificar o que poderá ser melhorado para o próximo ano.

Comentou que, o que se pretendeu foi imprimir esta dinâmica a esta feira de maneira a minimizar o impacto que teve o facto de não ter sido realizada a Feira dos Sabores, tendo o Executivo Municipal apostado tudo neste outro evento e prolongando-o por mais tempo.

Transmitiu que no próximo ano o Executivo apostará na Feira da Bola Doce e dos Produtos da Terra dentro deste enquadramento, talvez num período de tempo um pouco mais limitado e de outra forma, na tentativa de melhorar o evento.

Mencionou que estiveram envolvidas diversas associações culturais, o que foi muito benéfico para o evento, seja a Mirai Q'Alforjas, a Mirandanças, bem como a programação da Casa da Música, os concertos de música sacra, tendo havido público em todos os concertos. Elucidou que as coisas podem funcionar em paralelo e podem funcionar bem dessa forma, porque houve públicos específicos para cada um dos eventos que integraram a feira. Fez alusão de que a grande aposta foi que a feira servisse como uma montra para os pauliteiros. A este respeito disse que os únicos grupos de pauliteiros que não passaram pela feira, porque não responderam atempadamente ao convite que lhes foi dirigido a todos, foram os grupos de pauliteiros de São Martinho e os de Prado Gatão, referindo que certamente alguma circunstância não lhes permitiu estar presentes.

De notar que também não tinham dado resposta os Pauliteiros de Fonte Aldeia, mas dois dias depois pediram para vir e nesse espaço de tempo ainda foi possível integra-los no programa porque ainda estava tudo a ser preparado.

Relativamente à questão colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas, em relação ao concurso da Raça Ovina Galega Mirandesa, respondeu que se trata de eventos completamente diferentes, e que, como tal não se podem comparar.

Lembrou que os eventos decorreram em datas diferentes e nenhum se sobrepôs ao outro, afirmando que cada uma delas tem a sua importância.

Quanto ao facto de haver pouco efetivo deixou aqui o apelo para que os jovens apostem mais na agricultura, mencionado que aqui no concelho existe um grupo de agricultores resilientes que já



têm uma idade avançada, sendo em consideração a esses mesmos agricultores que se anda nesta luta, a tentar despertar este espírito nos mais jovens, porque se assim não for de hoje para amanhã continuará a ser feita a Feira da Bola Doce e deixaremos de fazer o concurso da Raça Churra Galega Mirandesa. Apelou para que se continue a trabalhar para que isto não acabe, porque, a Raça Churra Galega Mirandesa é uma raça autóctone do nosso concelho e deve fazer-se tudo o que estiver ao nosso alcance para que não desapareça.

A respeito da comemoração do “25 de abril” informou que, está em agenda prevista programação para essa data comemorativa, contando para esse efeito com a dinâmica da Associação Lérias, que a partir das quinze horas desse dia vão andar pelas ruas da cidade em animação, e pelas dezassete horas será realizado um concerto na escadaria da Igreja da Misericórdia apresentado pelo Grupo Musicas na Raia, que irão apresentar músicas alusivas ao 25 de abril, deixando a todos os presentes o convite para participarem. Ainda a este propósito, disse que não há muito por onde se desculpar para não participarem nos eventos devido ao facto de não receber convite, uma vez que os eventos são publicitados na página de facebook do município, e tem que se ter em conta que o Executivo Municipal se propôs gerir o consumo de papel, porque está a escassear nas tipografias. Além disso, disse que o atual Executivo está a apelar cada vez mais para divulgar os eventos através das redes sociais, apelando à compreensão de todos para esse facto, porque efetivamente há essa falta de matéria prima.

Agradeceu publicamente ao Professor António Santos pelo facto de ter permitido à Professora Cristina Granjo colaborar com o Executivo Municipal na exposição que vai estar patente ao público na Casa da Cultura na semana que antecede o 10 de julho, alusiva aos ex-combatentes do Ultramar, integrada nos eventos de celebração do Dia da Cidade, sendo a Professora Cristina Granjo a curadora da referida exposição, agradecendo-lhe por esse facto.

Ainda em relação à Feira da Bola Doce, mencionou que às vezes se tem a ideia de que os funcionários da câmara não trabalham, deixou aqui publicamente a sua homenagem a todos os funcionários da câmara cujo empenho permitiu o sucesso da Feira da Bola Doce.

Aludiu que é extraordinário quando se lida e se sabe lidar com os funcionários, sendo uma satisfação ver como esses funcionários são dedicados, afirmando que ficou de coração cheio pelo facto de assim ser, afirmando que na câmara municipal existem verdadeiros super-homens e super-mulheres. Comentou que às vezes em vez de ser o Presidente da Câmara a ganhar protagonismo nestes eventos, cada vez mais tem que ser repartido esse protagonismo por quem efetivamente permite que estas coisas tenham sucesso.



Agradeceu mais uma vez aos funcionários da câmara municipal pelo desempenho e dedicação demonstrado no evento da Feira da Bola Doce, e estando presente o funcionário Diogo Monteiro, agradeceu-lhe pessoalmente o seu empenho e entrega.

Transmitiu que o Executivo Municipal está empenhadíssimo em fazer renascer a Banda Filarmónica de Miranda do Douro, porque não aceitam que a instituição mais antiga da cidade pura e simplesmente tenha desaparecido, e por isso vão empenhar-se seriamente para que a banda filarmónica volte a ressurgir.

Ainda em relação aos Pauliteiros de Miranda, disse que já fez chegar pessoalmente às associações que enquanto for Presidente da Câmara de Miranda do Douro ou onde quer que esteja em representação da Câmara Municipal, jamais aceitará que os elementos dos grupos de pauliteiros e os seus tocadores, se apresentem em eventos promovidos pela Câmara Municipal, que não trajem a rigor. Não aceita que haja gaiteiros de calças de ganga, com sapatilhas e soquetes, nem barretes, nem que os estandartes sejam exibidos ao contrário. Afirmou que os pauliteiros representando uma cultura ancestral devem apresentar-se com o rigor que se lhes exige e se lhes impõem. Ainda a este respeito disse que, a única modernidade que os pauliteiros nos trouxeram, e nesse caso aceita perfeitamente, foi o surgimento das pauliteiras, mais do que isso não aceita, enquanto for Presidente da Câmara Municipal.

Deixou um convite a todos para o próximo sábado, dia 23 de abril, para comparecer em um dos concertos de primavera que será apresentado pelo Quinteto Reis na igreja matriz de São Martinho. Para terminar comunicou que nos dias quatro e cinco de junho vai a Paris com os Pauliteiros de Miranda, e lembrou que no dia um de maio vai decorrer a final da taça distrital no Estádio Municipal de Miranda do Douro, em que se defrontarão as equipas dos Grupos Desportivos de Sendim e de Bragança.

O **Vereador Vítor Bernardo** iniciando a sua intervenção cumprimentando todos os que se encontravam presentes na sessão e prosseguiu dando resposta a algumas questões colocadas por alguns dos membros desta assembleia municipal a respeito da sinalética.

Mencionou que daquilo que tem lido nas atas, há pelos menos dezasseis anos a esta parte que não foram trazidos a esta assembleia municipal pedidos de colocação de sinalização. Expôs que tem conhecimento de causa na primeira pessoa de que os Tribunais dizem que a colocação de sinais de trânsito são equiparados a posturas, e são normas com eficácia externa, e por conseguinte toda a sinalética urbana ou extraurbana tem que ser aprovada pela assembleia



municipal, sendo este também o entendimento do Executivo Municipal, porque esta é a forma de ficarem legais, para que não venham a ser feitas impugnações.

Quanto às entradas dos caminhos rurais para as estradas nacionais presume que as estradas nacionais tenham prioridade sobre os caminhos rurais, no que se refere às estradas municipais tem dúvidas, por isso foram colocados sinais de stop em todos os caminhos rurais neste concelho, quer do lado esquerdo, quer do lado direito.

Quanto à uniformidade da sinalética disse que o Executivo Municipal é também dessa opinião, de que a sinalética deve ser uniforme em todas as localidades do concelho, para que o concelho à entrada e na saída seja marcado.

No que se refere à forma legal de os fazer validar, respondeu que, se encontra plasmado no regime jurídico das autarquias locais, no seu artigo 25.º, e neste âmbito terá que ser criada uma Comissão de Trânsito que há-de ser composta por elementos de diversas entidades, nomeadamente da Infraestruturas de Portugal, da Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária, das Forças Policiais, da Proteção Civil, com representação dos Presidentes de Junta de Freguesia, todas as entidades que de alguma forma estejam relacionadas as questões do trânsito, porque a Câmara Municipal efetivamente não tem parte técnica que consiga fazer esse trabalho.

Explicou que antes de mais a sinalética que foi colocada na E.M. 542 terá que ser validada pela Assembleia Municipal e para esse efeito a Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal está a fazer o levantamento da sinalética que foi já colocada, e não se sabe porquê é que foi colocada naquele local.

Quanto aos assuntos trazidos a esta sessão do âmbito da colocação de sinalização, referiu que a sinalização em questão precisa de ser colocada por uma questão de segurança, explicando que um dos sinais que se pretende colocar é para proibir o estacionamento na Rua do Cabeço do Forte, porque se se estacionasse não conseguiria passar uma ambulância de emergência médica caso fosse necessário. O outro sinal, que pretende colocar-se é junto ao Largo da Misericórdia, porque caso alguém estacione naquele local não deixa a ambulância fazer a manobra de saída, e portanto, neste caso terá que ser colocado o sinal por uma questão de segurança e de emergência. Aludiu que a questão da sinalização terá que ser tratada num todo, tanto na cidade de Miranda do Douro, como na Vila de Sendim, tal como nas demais freguesias e uniões de freguesias deste concelho.



Relativamente à intervenção feita pelo Presidente da União de Freguesias de Silva e Águas Vivas, agradeceu os elogios tecidos em relação à atuação do Executivo da Câmara Municipal, que considera serem sobrelevados, afirmando que o município fez apenas aquilo que lhe compete.

O **Vereador Nuno Rodrigues** fez uso da palavra e deu início à sua intervenção cumprimentando todos quantos se encontravam presentes.

prosseguiu deixando algumas notas e relativamente à alusão feita pela Sr.^a Presidente da Câmara Municipal a respeito do desempenho dos funcionários deste município, generalizou dizendo que esse bom desempenho é extensível a todos os funcionários do município, sem embargo uma ou outra exceção, acrescentou que, o que tem vindo a constatar é que os trabalhadores do município se têm sido muito dedicados ao trabalho que efetuam. Porque alguns trabalhadores encontrando-se em período de descanso, seja fim de semana ou feriado e sendo contactados por algum motivo de urgência prontificam-se a comparecer para resolver o que tiver que ser resolvido. E muito embora haja quem afirme que por esses trabalhadores recebem horas extra, recebem efetivamente, no entanto o trabalhador que efetue quatro horas de trabalhos extraordinário só pode receber duas horas e mesmo assim, o que se tem verificado é que têm estado sempre a postos. Transmitiu que no fim de semana passado às sete de tarde o Presidente da Junta de Freguesia de Duas Igrejas contactou-o telefonicamente e às oito horas os trabalhadores estavam na referida freguesia para resolver o problema.

Espera que fique bem claro que pelo facto de existir um ou outro funcionário que não colabora depois do seu horário normal de trabalho não significa que tenham todos a mesma postura, afirmando que se devem valorizar os funcionários que efetivamente colaboram quando é necessário.

No que toca às felicitações recebidas pelos diversos intervenientes agradeceu a apreciação dispensada, referindo que essas felicitações não devem ser apenas dirigidas aos membros do Executivo Municipal, mas sim, a todos os autarcas do município, porque se as coisas correrem bem correm bem para todos.

Referindo-se à limpeza dos caminhos rurais respondeu que é um defensor mais que acérrimo das juntas de freguesia, quem lhes dera ao Executivo Municipal poder distribuir pelas juntas de freguesia um milhão de euros, explicando que a Câmara Municipal também tem as suas limitações, porque também que fazer face às suas próprias despesas e mandar efetuar os trabalhos que lhes competência enquanto Câmara Municipal.



Transmitiu que o Executivo Municipal conseguiu fazer um acordo com o Exército Português através do que cederá maquinaria ao município para arranjar os caminhos em todas as freguesias. A título exemplificativo referiu que a União de Juntas de Freguesia de Sendim e Atenor no final do anterior mandato gastou setenta mil euros para arranjar caminhos. A propósito disso disse que se o atual Executivo Municipal conseguir arranjar os caminhos de todas as freguesias então as juntas de freguesia pouparão muito dinheiro porque não terão que ser elas a mandar arranjar os caminhos.

Mencionou que reuniu com todos os presidentes de junta de freguesia e de união de freguesias agradecendo o facto de terem comparecido à reunião, e então solicitou que fossem limpos os caminhos até à distância de três metros das árvores, por forma a poderem passar as máquinas. Referiu que se a Câmara Municipal tiver que fazer todo o trabalho nas freguesias algo terá que ficar por ser feito, e deixando um à parte mencionou que a Câmara Municipal de despesa com o consumo de eletricidade pública vai ter que gastar cinco vezes mais do que o valor que está a ser pago pelo fornecimento de energia.

Disse que o valor do FEF vai descer cerca de oitocentos mil euros, e que o Executivo Municipal já assumiu o compromisso de atribuir às juntas de freguesia mais um trimestre do FEF que habitualmente recebem, para além de tudo o que o município dá.

Quanto ao Concurso de Ovinos da Churra Galega Mirandesa, disse que o Executivo Municipal já está a dar apoio à respetiva cooperativa, para fazer face a despesas com o transporte dos ovinos. Referiu que aos criadores e produtores foi atribuído apoio a cem por cento do valor da despesa com a sanidade animal e além desse apoio, foi também dado apoio à Cooperativa Agrícola de Palaçoulo, C.R.L. – Organização de Produtores Pecuários de Miranda e Vimoso (OPP).

Declarou que, tem noção de que tudo o que foi concedido é pouco e o Executivo Municipal gostaria de poder dar mais, no entanto, tem sido dado apoio a todas as associações sempre que foi solicitado.

Quanto à proposta de apresentação de um voto de repugno pela guerra contra a Ucrânia por parte da Rússia, concorda plenamente que seja aprovado por esta Assembleia Municipal.

Agradeceu ao Presidente da Junta de Freguesia de Picote por ter solicitado junto dos serviços da Câmara Municipal a criação de uma ARU para a freguesia que representa, transmitindo que o pedido efetuado já se encontrava na Divisão de Ambiente e Gestão Urbana para análise.



Ainda em relação às ARU's de Palaçoulo e Sendim, disse que eventualmente nunca ninguém usufruiu dessas ARU's, mas que o município vai usufruir desses mecanismos para efetuar arranjos urbanísticos no concelho.

A respeito desta questão disse que aos arranjos urbanísticos de Palaçoulo, Sendim, Picote, Atenor, Teixeira e Prado Gatão ainda não tinham sido adjudicados pelo anterior executivo, transmitindo que serão candidatados à ARU os arranjos urbanísticos de Sendim e Palaçoulo. Quanto ao arranjo das bermas das estradas informou que vai ser aberto concurso para mandar efetuar esses arranjos.

Para concluir comentou que no próximo fim de semana o alojamento no concelho de Miranda do Douro já se encontra lotado, devido ao evento denominado "Volta ao Nordeste Transmontano em Bicicleta", que terminará aqui no próximo dia 23 e será retomado aqui no dia 24, organizada pela Associação de Ciclismo de Bragança (ACB), estando já os visitantes a recorrer aos alojamentos no concelho de Vimioso.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se mais alguém pretendia intervir e dadas por concluídas as intervenções, passou ao assunto seguinte.

3. Aprovação da ata da sessão realizada a 18 de abril de 2022.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim entendessem interviessem neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado Emanuel Bernardo.

O **Deputado Emanuel Bernardo** cumprimentou todos os presentes e prosseguiu referindo que na página número vinte da ata em aprovação onde refere, "*teve conhecimento através dos meios de comunicação social da reabertura dos Centros de Saúde por mais duas horas diárias*", disse que devia constar, "*teve conhecimento através dos meios de comunicação social da **petição feita pela CIM-TTM** para a reabertura dos Centros de Saúde por mais duas horas diárias*", solicitando e agradecendo que fosse feita essa pequena correção, para não suscitar más interpretações.

O **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que o pedido de correção apresentado seria atendido em conformidade com o que foi solicitado pelo Deputado Emanuel Bernardo.

Terminada a intervenção do referido deputado, foi aprovada a ata por unanimidade dos membros que participaram na sessão realizada a dezoito de fevereiro de dois mil e vinte e dois, nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, com a correção proposta pelo Deputado Emanuel Bernardo.



4. Apreciação e aprovação do Relatório e Prestação de Contas 2021.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim pretendessem intervissem neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado António dos Santos.

O **Deputado António dos Santos**, referiu que a leitura da documentação do relatório e contas é muito exaustiva, referindo que tinha lido com algum cuidado o relatório apresentado pelo auditor e que ficou satisfeito com o que leu, comentando que as contas são transparentes, dando um voto muito positivo. Referiu que grande parte da responsabilidade das contas apresentadas é do Executivo Municipal anterior, que esteve em funções até setembro do ano anterior.

Fez votos para que futuramente a capacidade de execução seja muito superior à que se verificou nos documentos agora apresentados, lembrando que outros fatores intervieram, nomeadamente a pandemia, mas que, de facto é desejável que em termos futuros estes níveis de execução melhorem substancialmente.

O **Vereador Nuno Rodrigues** fez uso da palavra para dizer que dos trezentos e setenta e cinco dias do ano transato, setenta e cinco são gestão do atual Executivo Municipal o que equivale a vinte por cento da execução, mas que as contas são o que são, são técnicas e não pode haver erros nas contas.

Deu razão ao Deputado António dos Santos quando refere que o atual Executivo Municipal deverá conseguir uma execução muito mais ambiciosa, executar mais obra do que a que foi executada, afirmando que o atual Executivo está reticente quanto à capacidade de exequibilidade devido ao número de empresas disponíveis e com capacidade para a executar as obras, quanto ao resto estão à vontade.

Concluídas as intervenções, dispôs a votação o relatório e prestação de contas referentes ao ano de 2021, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade dos membros presentes na sessão.

5. Pedido de sinalização – Município de Miranda do Douro – Rua do Cabeço – Freguesia de Miranda do Douro.

O **Vereador Vítor Bernardo** interveio para dar explicação sucinta a respeito do motivo porque se se pretende colocar sinalização no local em questão conforme tinha já dito na sua anterior intervenção.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim tencionassem intervissem neste ponto e não se tendo inscrito nenhum dos membros prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por unanimidade autorizar a petição apresentada no sentido de colocar sinalização no local supramencionado e nos termos da informação apresentada pelo



Chefe de Divisão de Ambiente e Gestão Urbana, dando aqui por integralmente transcrito o respetivo teor.

6. Pedido de sinalização – Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro – Largo da Misericórdia – Freguesia de Miranda do Douro.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim quisessem interviessem neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado António dos Santos.

O **Deputado António dos Santos** solicitou o uso da palavra para falar a respeito da sinalização em geral, vindo no enfoque da intervenção do Vereador Vítor Bernardo, dizendo que há longa data que vem verificando que é colocada sinalização, estranhando que a Assembleia Municipal tivesse deixado passar alguns sinais, porque era sua convicção que este tipo de sinalética tinha de ser aprovada na Assembleia Municipal. Acrescentou que não fazia ideia de que isto vinha acontecendo ao longo de dezasseis anos, mas que, assim, a maioria das multas que teriam sido passadas seriam ilegais e que se as pessoas reclamassem teriam de ser ressarcidas.

Referiu que como aquele sinal, em particular, seria colocado no casco antigo de Miranda do Douro, apelou para que se procedesse a uma revisão urgente do regulamento respetivo na parte que respeita às zonas pedonais, porque tem erros crassos, erros de base que necessitam ser corrigidos, e um deles é a completa falta de respeito pelos moradores, porque não são ali contemplados. Transmitiu que ele próprio se ofereceu para analisar o regulamento em questão e constata que o documento contém dados caducos, nomeadamente o horário das cargas e descargas, porque não se adequa às necessidades do comércio, pois lá é referido que as cargas e descargas devem ser efetuadas das oito às dez da manhã, sendo que a maioria dos comércios não abre antes das nove e meia, dez horas, havendo aí uma incompatibilidade. Explicando que à tarde têm apenas uma hora disponível, das dezassete horas às dezoito horas, afirmou que era claramente insuficiente. Isto leva as pessoas a entrarem na rua e descarregarem quando lhes apetece, que é o que tem sido feito, referindo que há que estabelecer um regulamento adequado às necessidades.

Relativamente à questão dos habitantes do casco antigo, disse que lhe tinha agradado ver na organização da Feira da Bola Doce o facto de terem tido consideração pelos moradores do centro histórico, fazendo alusão aos mesmos na sinalização de trânsito, tendo sido demonstrado, pela primeira vez, respeito por quem lá vive.

Comentou que foram colocados os sinais de trânsito em algumas ruas e questionou a necessidade de se interromper o trânsito em algumas artérias, como na Rua Abade Baçal em toda a sua



extensão, mas que isso seriam questões a melhorar, mencionando novamente que a sinalética de facto estava lá (reservado a moradores e exceto moradores) o que significa que se reconhece que ainda lá mora alguém, dizendo que sem esses moradores estaríamos bem pior do que aquilo que estamos agora. Referiu que se se pretende de facto revitalizar a zona antiga de Miranda do Douro, o que lhe parecer ser fundamental, porque as pessoas vão a Miranda do Douro muito por causa da zona antiga, seria necessário respeitar os moradores. Afirmou que era necessário repensar a questão das zonas pedonais e o trânsito no casco antigo.

Mencionou que tinha estado a consultar o site da Câmara Municipal e que não encontrara o regulamento de trânsito, mas que se lembra de este existir, o qual se encontrará em vigor enquanto não for substituído por um novo. Lembrou que esse regulamento foi elaborado há cerca de catorze ou quinze anos, e, portanto, está completamente desadequado, sendo muito necessário intervir a esse nível.

Quanto à fixação de pessoas no núcleo antigo, disse que ninguém se quer lá fixar porque ninguém está para andar trezentos ou quatrocentos metros com sacos do supermercado na mão para chegar a sua casa, apelando para que haja um olhar muito específico relativamente a quem ali vive.

Comentou que as pessoas não podem ser impedidas de um momento para o outro de aceder às suas casas tal como o regulamento das zonas pedonais impede, porque se for lido com atenção faz referência às cargas e descargas, mas há cargas e descargas comerciais e há cargas e descargas para uso próprio. Pois, se alguém for ao supermercado fazer umas compras, não vai estar à espera das, dezassete às dezoito horas, ou das oito às dez da manhã para descarregar as compras, fará isso conforme lhe convier e isso não está de maneira nenhuma salvaguardado no referido regulamento. Apelou para que seja revista essa situação com algum cuidado e alguma urgência, por ser esse facto um dos motivos impeditivos de fixação de mais gente no centro histórico da cidade. Considera que compete aos membros dos órgãos autárquicos implementar essas medidas.

O **Vereador Vítor Bernardo** solicitou ao Deputado António dos Santos que lhe fizesse chegar as anotações apresentadas a respeito desta matéria para verificar as questões apontadas.

O **Vereador Nuno Rodrigues** deu razão ao Deputado António dos Santos a respeito da sua intervenção, lembrando que o anterior Executivo Municipal mandou executar um parque de estacionamento junto à muralha e nem se lembrou de salvaguardar que fossem reservados aos



moradores do centro histórico alguns estacionamentos nesse parque de estacionamento, transmitindo que essa situação está a ser tratada.

Terminadas as intervenções, foi posto a votação este assunto, tendo sido aprovado por unanimidade autorizar a petição apresentada no sentido de colocar sinalização no local mencionado em epigrafe, nos termos da informação apresentada pelo Chefe de Divisão de Ambiente e Gestão Urbana, dando aqui por integralmente transcrito o seu teor.

7. Delegação de competências no domínio da educação – D.L. 21/2019, de 30 de janeiro.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim pretendessem interviessem neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes deputados: António dos Santos e Bárbara Fráguas.

O **Vereador Nuno Rodrigues** esclareceu a respeito desta matéria que os municípios foram todos obrigados a receber estas competências a partir do dia um de abril do ano em curso, e perante este facto foram encetadas conversações com o Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, acabando por chegar a um acordo neste âmbito, sendo que, a Câmara Municipal assume a assunção da despesa respeitante às despesas com o pessoal adstrito aos serviços do agrupamento de escolas, e por sua vez, o agrupamento de escolas fará a gestão das restantes despesas, sendo para esse efeito transferidas as verbas para o agrupamento de escolas, solicitando à digníssima assembleia municipal que seja aprovada a proposta apresentada.

O **Deputado António dos Santos**, considera que essa foi de facto a melhor solução, porque é um processo que a meio de um percurso, há um período económico, são efetuadas as compras públicas para um ano civil, e, portanto, faz sentido que se faça essa transferência de competências. Elucidou que foi sempre muito crítico relativamente a essa transferência de competências e que não há grandes mais valias em relação àquilo que se tinha antes. Referindo que fazer mudanças sem ser feita uma avaliação ou quais serão as benfeitorias ou as melhorias, isso a ele afeta-o um pouco e não compreende. Por outro lado, disse que isto que se está a fazer aqui é um pouco o que está a acontecer no país todo, nesta fase inicial.

Comentou que ontem, numa reunião com o Sr. Ministro da Educação, ele dizia que assim os diretores ficavam mais livres para se preocuparem com as questões pedagógicas, mas que na generalidade o que está a acontecer nas câmaras é uma delegação de competências, ou seja, o trabalho acaba por ser o mesmo, e não é o trabalho que os assusta.



Reconheceu que este processo tem corrido bem, e tem havido uma conversa franca com o Executivo Municipal, porque o que interessa é o bem-estar dos alunos e da população, e que, de facto tem corrido bem.

A **Deputada Bárbara Fráguas**, cumprimentou a todos os presentes e prosseguindo perguntou a este respeito se esta mudança de competências pode trazer algumas mais valias para a Escola de Sendim. Porque a Escola de Sendim tem sido esquecida nestes últimos anos, verificam-se diversos problemas que persistem ao longo dos anos a nível de aquecimento e isolamento das instalações. Do próprio equipamento que não funciona, e seria bom que com esta transmissão de competências pudesse ser dada mais atenção a esta escola.

O **Vereador Nuno Rodrigues** respondendo à Deputada Bárbara Fraguas disse em relação às obras estruturantes da Escola de Sendim que tinha estado reunido com o Sr. Delegado Regional, e estão lhe referiu que não se compreende como é que o Ministério da Educação entrega aos municípios as escolas da maneira que estão.

Mencionou que efetivamente a recuperação das escolas podia ter sido feita antes de as entregarem aos municípios, ou por outro lado podia ter sido efetuada essa recuperação em conjunto entre o Ministério da Educação e os Municípios, e podia ter sido recuperado o telhado e as janelas da Escola de Sendim.

Expondo que naquela reunião questionou o Diretor Regional a respeito deste assunto, e que lhe terá respondido que o edifício da Escola de Sendim será recuperado quando houver candidatura, e é a isso que o Executivo Municipal vai estar atento, e quando surgir uma oportunidade de candidatura com certeza será feita a recuperação do edifício da Escola de Sendim.

Explicou que, neste momento é quase impossível o município pegar naquela obra de recuperação, que será apenas substituída a porta da parte de trás da escola, porque está toda destruída, o aquecimento vai-se manter, muito embora com prejuízo para o município, porque gasta muito mais para aquecer o edifício. Deixou ainda nota a este respeito afirmando que, não foi por vontade da Câmara Municipal que foram assumidas essas competências, e que o Executivo Municipal gostaria de gastar dinheiro na educação, mas que neste momento não é oportuno.

Transmitiu que a Câmara Municipal colocou um funcionário a fazer a limpeza da zona envolvente da Escola de Sendim, e que neste momento já tem outro aspeto. Quanto ao resto mandará fazer pequenas reparações, o que, efetivamente, não vai resolver grande coisa, referindo que o Executivo Municipal está atento e logo que se proporcione fará uma candidatura para resolver todas essas questões.



A **Deputada Bárbara Fraguas** alertou para o facto de o Ministério da Educação não ter apoiado muito no que se refere à conservação dos edifícios de determinadas escolas, mas que, agora com a transferência de competências para a Câmara Municipal as coisas podem funcionar de forma diferente.

O **Vereador Nuno Rodrigues** em resposta à Deputada Bárbara Fraguas disse que, efetivamente pode funcionar melhor desde que a Câmara Municipal tenha verbas para pagar certamente que funcionará bem, lembrando que o dinheiro que é gasto pelas autarquias é de todos nós contribuintes, e não do Ministério da Educação.

Referiu ainda que, na reunião da CIM-TTM apresentou uma intervenção a respeito da transferência de competências, afirmando que não adianta nada o governo estar a transferir competências se não forem distribuídas verbas, reforçando que, o dinheiro que for gasto é de todos os contribuintes, e que o que respeita à educação e todos os aspetos respeitantes ao bem-estar na educação devia ser visto pelo Ministério da Educação.

Mencionou que não pretende desresponsabilizar a autarquia, mas que não é aceitável que a Câmara Municipal tenha que gastar dinheiro, livrando-se dessa responsabilidade quem de direito. Assegurou que o Executivo Municipal não tem problema nenhum em investir no bem-estar dos alunos, e que não tem recusado nada do que lhes é solicitado, no entanto, considera que investir em questões cuja responsabilidade é de outros, não faz sentido.

O **Deputado António Santos** referiu que esta transferência de competências pode tratar-se de um presente envenenado, já se começando isso a refletir e que as pessoas antes queixavam-se do Ministério da Educação, lembrando que era uma figura lá para baixo, e agora passa a ser aqui a Sr.º Presidente da Câmara, e, portanto, esta dinâmica altera-se.

A **Presidente da Câmara Municipal** deixou nota a respeito desta questão dizendo que uma vez que estamos a aproximar-nos do “25 de abril”, ficou aquela frase emblemática advinda desse evento que dizia, “O povo é quem mais ordena”, dizendo que em relação às autarquias locais criou-se um novo paradigma, que é, “Vão-se fazer as coisas quando houver uma candidatura”, e portanto, neste caso estão todos dependentes de uma candidatura.

Concluído o período das intervenções, colocou a votação o assunto supradito, tendo sido deliberado por unanimidade aceitar a delegação de competências no domínio da educação, delegando-as no Diretor do Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro, Professor António dos Santos, assim como aprovar a minuta do contrato de delegação de competências, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



8. Alteração ao mapa de pessoal 2022.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim pretendessem interviessem neste ponto e não se tendo inscrito nenhum dos membros prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal de alteração ao mapa de pessoal para o ano 2022.

9. 9.ª Alteração orçamental aos documentos previsionais para 2021, que compreende a 1.ª alteração modificativa ao orçamento da despesa, a 1.ª alteração modificativa ao plano plurianual de investimento, a 1.ª alteração modificativa ao orçamento da receita, a 1.ª alteração ao plano de atividades municipais e a revisão do quadro plurianual de programação orçamental.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim pretendessem interviessem neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: António dos Santos, e Emanuel Bernardo.

O **Deputado António dos Santos**, disse a respeito desta alteração orçamental que gostaria que alguém o elucidasse a respeito deste assunto já que se trata de documentação muito técnica, referindo que não compreendeu, sobretudo, a necessidade de proceder a esta alteração orçamental.

O **Vereador Nuno Rodrigues** respondeu a esta questão explicando que a rubrica educação, por exemplo, tinha cem mil euros, e não sendo essa verba suficiente é colocada uma quantia maior para fazer face a despesas com a educação, trata-se apenas disso.

O **Presidente da Assembleia Municipal** expôs que se trata simplesmente de ajustamentos entre contas, comentando que tinha sugerido ao Executivo municipal que estivesse presente nesta sessão o Chefe de Divisão Administrativa e Financeira para prestar esclarecimentos a respeito destas matérias, mas que lhe foi dito que não era habitual isso acontecer, e que no anterior mandato o Chefe de Divisão Administrativa e Financeira até foi impedido de vir aqui falar.

O **Vereador Nuno Rodrigues** disse que não havia necessidade de estar a vir a esta assembleia o Chefe de Divisão mencionado porque se trata apenas do que referiu anteriormente e além disso, abrir algumas rubricas que estavam fechadas, nas quais era necessário mais dinheiro para conceber projetos, e verba para distribuir pelas associações e nada mais que isso.

O **Deputado Emanuel Bernardo** referiu que a maior parte das suas dúvidas foram já esclarecidas e que ia questionar a respeito de duas rubricas na despesa corrente, nomeadamente a que respeita à educação, e a de aquisição de bens e serviços, nas que conta com mais um milhão e



setecentos mil euros, e que nas outras receitas de capital diminuiu de um milhão para apenas cinquenta mil euros.

A **Presidente da Câmara Municipal**, explicou que as contas no fim têm que bater certo, não pode haver falhas, e que se é colocada verba numa determinada rubrica tem que ser retirada de outra. Concluídas as intervenções, foi posto este assunto a votação, tendo sido aprovada por unanimidade a 9.ª alteração orçamental aos documentos previsionais para 2021, que compreende a 1.ª alteração modificativa ao orçamento da despesa, a 1.ª alteração modificativa ao plano plurianual de investimento, a 1.ª alteração modificativa ao orçamento da receita, a 1.ª alteração ao plano de atividades municipais e a revisão do quadro plurianual de programação orçamental.

10. Relatório de análise e ponderação do período de discussão pública – Operação de reabilitação urbana do Centro Histórico de Miranda do Douro – Requerente: Câmara Municipal de Miranda do Douro.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim pretendessem interviessem neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: António dos Santos, Gualdino Raimundo e Jorge Jacoto Lourenço.

O **Deputado António dos Santos** disse que gostava de obter algum esclarecimento para perceber melhor esta questão, porque leu o documento e estranhou que não tivesse havido nenhum pedido de esclarecimento no período de discussão pública, nem que ninguém se tivesse pronunciado acerca desta matéria.

O **Vereador Vítor Bernardo** esclareceu que isto das Operações de Requalificação Urbana (ORU), que implicam Áreas de Requalificação Urbana (ARU), existem desde dois mil e nove, e isto significa que o Instituto de Reabilitação Urbana e o Decreto Lei que regulamenta as ORU's e as ARU's, refere que em determinados locais os municípios podem propor Áreas de Reabilitação Urbana. Tendo estes instrumentos de requalificação urbana duas funções, a fiscalidade, porque podem os que usufruem destes instrumentos ser isentos de uma percentagem das taxas, nomeadamente do IVA, que pode passar de vinte e três, para seis por cento, o que é muito importante na reconstrução. E tem a ver com os apoios comunitários, pois, os privados têm apoios comunitários nas áreas de reabilitação urbana. Por isso, é que o Presidente da Junta de Freguesia de Picote tem tanto interesse em ter uma ARU na sua freguesia, para Picote e para o Barrocal do Douro, o que lhe parece bem, afirmando que, se o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I. P.) emitisse pareceres favoráveis para todas as freguesias terem uma ARU, todas teriam.



A respeito do facto de não terem sido apresentados pedidos de esclarecimento, respondeu que, considera que as pessoas não estão informadas a esse respeito, repetindo mais uma vez que as vantagens de ter uma ARU é a questão da fiscalidade e a possibilidade de recorrer a fundos europeus.

Transmitiu que, o que o Executivo Municipal vai fazer é reunir com os Presidentes de Junta e informar em que áreas podem ser implementadas as ARUS, mas caso a área esteja toda ocupada não pode haver mais, caso não esteja toda ocupada a área que o instituto permite, depois se verá quais serão as áreas que se podem candidatar.

Comentou que faz sentido existir uma ARU no Centro Histórico de Miranda do Douro, assim como em Palaçoulo, Sendim, Picote, Barrocal, Duas Igrejas, tem é que se articular as coisas com os Presidentes de Junta.

O **Deputado António Santos** disse que era isso mesmo que ele ia referir, que haja articulação com os Presidentes de Junta para que tomem conhecimento dessa mecânica e também ir ao encontro da proposta da Sr.^a Presidente da Câmara, de mandar publicitar estas questões nas redes sociais. Porque foi afixado no lobby da entrada da Câmara Municipal, está na página de internet do município, mas hoje em dia as necessidades são diferentes e se isto também fosse publicitado nas redes sociais chegava a mais publico e a mais gente interessada.

O **Vereador Vítor Bernardo** referiu que estava a ouvir o comentário do Vereador Carlos Ferreira, que dizia que em Sendim não pode haver reclamações porque o perímetro da ARU é todo o perímetro urbano da localidade.

A respeito desta questão disse que ia articular com o Chefe de Divisão de Urbanismo para entrar em contacto com os Presidentes de Junta no sentido de indicar como é que isto das ARUS funciona e como é que pode ser operacionalizado.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço, deixou algumas notas a respeito deste assunto, começando por afirmar que efetivamente a questão de base é a divulgação, mas que, não é de toda a explicação para isto tudo.

Lembrou que por volta do ano 2010 ou 2011 decorreu uma reunião nesta assembleia municipal com os Presidentes de Junta em que estiveram presentes responsáveis do IFRU com o Sr. Presidente da Câmara da altura, tendo então sido apresentada esta situação, de que havia benefícios fiscais, mencionando que esteve também presente nessa reunião um representante de uma instituição financeira. Ele próprio se debateu a respeito desta questão em diversas sessões da assembleia municipal. Considera que o que é importante, até porque o PDM está neste



momento em revisão, é que o município definisse claramente qual é que é a estratégia de reabilitação urbana para todo o concelho, não lhe parecendo normal que sejam definidas áreas, como por exemplo o que acontece em Sendim, em que foi definida toda a área da Vila, questionando porquê a área toda.

Parece-lhe que deve ser definido em cada freguesia aquilo que o município pretende, para reabilitar o seu património riquíssimo, e quando se refere á sua freguesia fala no património moderno que tem no Barrocal, ou na arquitetura vernacular e tradicional que tem no centro da aldeia de Picote, mas que não se encontra em toda a aldeia.

Apelou para que se aposte nos núcleos onde existe de facto esse património, e que se defina claramente aquilo que se quer fazer, que se definam as áreas e apoiar e incentivar aquelas pessoas que pretendam fazer essas recuperações. Comentou que ao longo de sete ou oito anos se perderam oportunidades, referindo-se a sua freguesia, em que várias pessoas recuperaram casa a expensas próprias perdendo a oportunidade de recorrer aos fundos comunitários para fazer essa recuperação, deixando este o alerta.

Referiu que se torna necessário que o município defina quais são as áreas a recuperar e não definir áreas inteiras de uma determinada freguesia. Concorda que há necessidade e que é fulcral recuperar o Centro Histórico da Cidade de Miranda do Douro, porque lhe parece ser fundamental, questionando se fará sentido que as áreas de Sendim, e de Palaçoulo sejam englobadas na sua totalidade, a respeito do que opina não fazer sentido.

O **Vereador Vítor Bernardo** referiu que não tem bem ideia de quais são as áreas que podem ser integradas nas ARUS, assim como nas Operações de Reabilitação Urbana, eventualmente podem ser integradas todas as freguesias dentro das Áreas de Reabilitação Urbana.

Salientou que as ARUS de Palaçoulo e Sendim estavam já caducas e que se alguém pretendesse recorrer a uma candidatura para fazer uma reabilitação, o IVA seria a vinte e três por cento, porque as ARUS estavam caducas, mas a partir de hoje caso seja aprovado este assunto, ficarão operacionais e isso interessa ao município.

Relativamente ao que se passou há sete ou oito anos atrás, disse que isso já passou, referindo que têm projetos aprovados do anterior Executivo Municipal, referindo-se concretamente à área empresarial de Duas Igrejas, cujo financiamento está aprovado com um milhão e quinhentos mil euros, um milhão e trezentos mil euros aprovados pelo Banco Europeu de Investimento, no entanto, aconteceu que ainda não havia operação de loteamento feita, e conseqüentemente a



obra não se pode fazer, e por isso, seguramente a obra não estará executada até agosto de dois mil e vinte e três, conforme o previsto.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Palaçoulo**, Gualdino Raimundo, perguntou se o Executivo Municipal pode providenciar no sentido de organizar uma sessão de esclarecimento a este respeito, ao que o Executivo respondeu que ia tratar dessa questão.

Terminadas as intervenções, colocou-se este assunto a votação, tendo sido aprovada por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal respeitante à execução de uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) sistemática, a executar na Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico de Miranda do Douro, nos termos da informação técnica apresentada pelo Chefe de Divisão de Ambiente e Gestão Urbana, dando aqui por integralmente transcrito o teor da respetiva informação.

11. Relatório de análise e ponderação do período de discussão pública - Operação de reabilitação urbana de Palaçoulo – Requerente: Câmara Municipal de Miranda do Douro.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim pretendessem intervissem neste ponto e, não se tendo inscrito nenhum dos membros, prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal de execução de uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) sistemática, a executar na Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Palaçoulo, nos termos da informação técnica apresentada pelo Chefe de Divisão de Ambiente e Gestão Urbana, dando aqui por integralmente transcrito o teor da respetiva informação.

12. Relatório de análise e ponderação do período de discussão pública – Operação de reabilitação urbana de Sendim – Requerente: Câmara Municipal de Miranda do Douro.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim pretendessem intervissem neste ponto e não se tendo inscrito nenhum dos membros prosseguiu para votação, tendo sido aprovada por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal de execução de uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) sistemática, a executar na Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Sendim, nos termos da informação técnica apresentada pelo Chefe de Divisão de Ambiente e Gestão Urbana, dando aqui por integralmente transcrito o teor da respetiva informação.

13. Protocolo - Condições de contratação e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente: Associação dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Douro e Associação dos Bombeiros Voluntários de Sendim.



O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal para dizer o que se lhe aprouve-se a respeito deste assunto.

A **Presidente da Câmara Municipal** explicou que este assunto respeita à criação de duas novas EIP's - Equipas de Intervenção Permanente, uma em Miranda do Douro e a outra em Sendim, estando em perspetiva a criação de mais dez postos de trabalho, que vão operar nas associações de bombeiros deste concelho.

Transmitiu que este projeto foi já aprovado a nível da Proteção Civil, comentando que Miranda do Douro foi contemplada com a criação destas duas equipas, afirmando que a Câmara Municipal tem a obrigação de apoiar este projeto.

O **Vereador Nuno Rodrigues** para complementar a explanação dada pela Sr.^a Presidente da Câmara Municipal disse que antes das associações de bombeiros deste concelho apresentarem estas candidaturas reuniram com o Executivo Municipal e questionaram se o Executivo estaria disposto a dar apoio no âmbito desta candidatura, tendo então o Executivo respondido afirmativamente. Foi também foi posto em causa se seria aprovada apenas uma das candidaturas ou nenhuma delas, mas que evidentemente correu bem, foram feitas as duas candidaturas e vieram as duas aprovadas, referindo que o Executivo Municipal está aqui para dar o seu apoio, solicitando à digníssima Assembleia Municipal que aprove para o efeito este protocolo.

A **Presidente da Câmara Municipal** interveio novamente para dar conhecimento que a nível nacional, no Distrito de Bragança, o único concelho em que foram aprovadas duas EIP's foi o Concelho de Miranda do Douro, regozijando-se pelo facto e manifestando uma satisfação muito grande, porque esta também é uma forma de ajudar a fixar pessoas no nosso território, e neste particular ao serviço dos Bombeiros Voluntários, que é uma causa muito digna.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim pretendessem interviessem neste ponto e, não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, pôs a votação o assunto referido em epigrafe, tendo sido aprovado por unanimidade autorizar o Executivo da Câmara Municipal a aprovar as minutas dos protocolos a celebrar entre o Município de Miranda do Douro e a Associação dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Douro, e entre o Município de Miranda do Douro e a Associação dos Bombeiros Voluntários de Sendim, nos termos da informação apresentada pelo Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, dando aqui por integralmente transcrito o conteúdo da referida informação.



O **Presidente da Assembleia Municipal** sugeriu que ficasse agora registado o voto de repudio anteriormente proposto, pela invasão, por parte da Rússia à Ucrânia, ficando este registado sob o número catorze da ordem de trabalhos.

14. Voto de repúdio pela invasão por parte da Rússia à Ucrânia.

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se todos os membros concordavam que fosse emitido por esta Assembleia Municipal um voto de repúdio pela invasão feita por parte da Rússia à Ucrânia, com o que todos concordaram, tendo sido aprovado por unanimidade a manifestação do voto de repudio supramencionado por parte desta Assembleia Municipal.

15. Apreciação da informação a prestar pela Sr.^a Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para que os membros que assim pretendessem interviessem neste ponto e não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes passou a palavra à Presidente da Câmara Municipal, que por sua vez abordou de forma sucinta os tópicos que constam na informação por ela apresentada nesta sessão, tendo todos os membros deste órgão deliberativo ficado cientes das matérias contidas na dita informação.

A **Presidente da Câmara Municipal** fez alusão à reabilitação do Posto Zootécnico de Malhadas, lamentando o facto de que mais uma vez tenha sido aqui trazido este assunto e do erro que contém a informação quando se refere ao Posto Zootécnico como sendo de Bragança, corrigindo que se trata do Posto Zootécnico de Malhadas, do que todos se orgulham.

Fez saber que o atual Executivo Municipal continua empenhado em dar continuidade a várias obras que já estavam em curso no anterior mandato, transmitindo que algumas dessas obras estão a ser fiscalizadas, sendo por isso é que estão paradas, sobretudo aquelas obras relativas aos miradouros.

Deu conhecimento de que dia doze de junho vai decorrer uma etapa do evento denominado “Portugal de Lês a Lês”, informando que se trata de um evento moto turístico que se realiza anualmente, desde 1999. O objetivo deste evento é atravessar Portugal de um extremo ao outro, comentando que se trata da maior caravana moto turística do mundo. Elucidou que se trata de um grupo de motares que vêm do Algarve e passam por vários pontos do país e vão passar aqui em Miranda do Douro na data referida. Mencionou que ontem estiveram reunidos com um dos membros representante desse grupo de motares que lhes terá dado conhecimento de que estão inscritos, neste momento, dois mil e trezentos motares, com a curiosidade de que os participantes



integrem faixas etárias entre os dezasseis e os oitenta e três anos, referindo que os pontos de paragem neste concelho vão ser na Vila de Sendim e na localidade de Freixiosa.

Em suma, e relativamente à informação apresentada disse que o Executivo está a dar continuidade às obras, e está a colaborar com as Juntas de Freguesia sempre que lhes é possível. Quanto à área cultural, que tanto lhe diz, referiu que há uma nova dinâmica e que continuará nesta senda.

Aquilo a que há pouco se referiu relativamente à recuperação de edifícios não se verifica apenas em Miranda do Douro, contata-se a mesma coisa em outros municípios, tendo chegado a essa conclusão em conversas tidas com vários presidentes de câmara e vereadores de outros municípios.

Disse ainda a este respeito que a palavra de ordem que se vai ouvindo noutros municípios é, "*Faz-se quando houver uma candidatura*", estando os autarcas totalmente dependentes das candidaturas, porque se verifica um decréscimo na transferência de verbas para os municípios e o que se lhes impõe é fazer a melhor gestão possível do dinheiro que é de todos, sendo isso algo que o atual Executivo Municipal assegura vai fazer, confiando plenamente no Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, além de que as contas estão validadas pelo Técnico Oficial de Contas e pelo ROC.

O **Vereador Vítor Bernardo** fez uso da palavra para dizer, acerca das obras que a Câmara Municipal tem estado a executar, que são três miradouros que se encontram em execução, nomeadamente o Miradouro do Largo do Castelo, em Miranda do Douro, no que se verificou falta de articulação entre o projetista, o dono da obra, e quem estava a fiscalizar a obra, sendo ponto assente a necessidade de corrigir uns pormenores arquitetónicos. O Miradouro de Peinha Las Torres, em Paradela, no que se verificaram problemas na amarração, referindo que os dois pilares que la estão devem ser reforçados caso contrário pode ocorrer algum desastre, comentando que pessoalmente não deixará lá entrar ninguém enquanto não tiver sido feita essa correção, e por fim o Miradouro da Rua das Arribas, também em Miranda do Douro.

Explicou que o empreiteiro a quem as obras foram adjudicadas subempreitou as mesmas, mas que, sob a perspetiva do município o responsável é o empreiteiro, tendo a empresa assumido os erros, concretamente a desconformidade com os projetos.

Referiu que a amarração do Miradouro de Peinha Las Torres vai ser corrigida, no entanto, o Miradouro da Rua das Arribas vai ter que ser desmantelado, porque as tulipas de madeira têm



apenas nove milímetros e vão passar a ter cinquenta milímetros, a amarração em aço que devia ter trezentos milímetros, conforme está previsto no projeto.

Deu conhecimento de que a proposta do empreiteiro responsável iniciará no início do mês de maio o desmantelamento e conseqüente conformação.

O **Deputado António Santos** fez alusão a um dos itens que constam na informação da Sr.a Presidente da Câmara Municipal que tem a ver com a questão da abertura das fronteiras.

A esse respeito disse que surgiu aí a data da abertura definitiva de fronteiras e sempre disse e defendeu que a abertura da fronteira de Miranda do Douro devia ser revalorizada e devia ser uma data devidamente assinalada, se é que se consegue chegar a uma data, porque tem algumas dúvidas a respeito da data de abertura que circula.

Considera que a história de abertura da fronteira devia ser efetivamente escrita, e que devia ser feito um trabalho aprofundado nesse âmbito. Comentou que Miranda do Douro não seria o que é hoje se não tivesse havido uma série de gente, inclusivé anterior ao 25 de abril, nomeadamente uma figura muito esquecida e que teve um papel fundamental nesta questão, que foi o Coronel Beça, que dá nome à rua onde a nossa escola se situa. Referiu que aquela personalidade teve um papel preponderante na abertura da estrada que liga Zamora a Miranda, porque isso foi verdadeiramente um trabalho de sapa que foi preciso fazer e que devia ser revalorizado.

Atenta que este momento de abertura de fronteira podia ser aproveitado para desenvolvimento de atividades transfronteiriças e ser devidamente assinalado porque Miranda do Douro não seria o que é hoje se não fosse essa abertura de fronteira e às vezes parece que as pessoas se esquecem disso.

Mencionou que com os problemas que têm aparecido estamos tão próximos de voltar atrás, tal como aconteceu devido à pandemia, quando foi esquecido que estávamos na União Europeia, que estávamos num espaço de livre circulação e que de repente se assistiu a um retrocesso enorme e considera que precisamos de consolidar mais as nossas relações com os nossos vizinhos para impedir que essas situações regressem.

A **Presidente da Câmara Municipal** registou com muito agrado a intervenção do Deputado António Santos, lançando-lhe um repto para poderem trabalhar, quando lhe for oportuno, em conjunto com a escola e os alunos num evento para promover efetivamente a data de abertura da fronteira, agradecendo a sua intervenção.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote, Jorge Jacoto Lourenço**, na qualidade de Arquivista Municipal, referiu em retrospectiva que a primeira exposição feita no Arquivo Municipal



foi alusiva à abertura de fronteiras, e que existe informação e consta na pesquisa que na altura foi feita na documentação existente na câmara municipal, daquela que se tornou efetivamente a data oficial da abertura solene da fronteira.

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu relativamente a esta questão da abertura de fronteiras, que, já que vai existir em Miranda do Douro um Centro de Estudos do Centralismo e vai ter um capital racional que vai constar de uma série de entidades que a direção vai contratar, fazendo alusão de que o Presidente da Direção é o ex-Reitor da Universidade do Porto, o Professor Sebastião Feio, o Presidente da Mesa da Assembleia do Circulo é o Professor Miguel Cadilhe, e o Presidente do Conselho Fiscal será indicado pela Associação Comercial do Porto, mas que em princípio será o Nuno Botelho, então, um dos temas pode ser, em conjugação com a Escola o próprio Circulo a pôr os historiadores, que os há, a tratarem de estabelecer essa data. Ainda a respeito desta questão disse que também espera que o Circulo sirva para chamar à atenção do poder central do facto do centralismo, ou seja, o poder central distribui as competências, mas não distribui mais nada na verdade, ou podemos considerar que fez a coisa malfeita ou manca.

Reforçou que essa é mais uma razão para os membros desta assembleia municipal se tornarem associados do Circulo de Estudos do Centralismo e levarem estes temas para lá, porque espera que seja aquele um espaço de grande discussão.

Aludiu que a SEDES - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social se vai associar ao Circulo e que o seu Presidente, o Dr. Álvaro Beleza é já um dos sócios efetivos e que, portanto, aí podem ser tratados temas que podem ser potenciados a aí tratados para discussão pública.

A **Deputada Cristina Martins** solicitou o uso da palavra tendo-lhe sido dada. Cumprimentou os membros da mesa da Assembleia Municipal na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Professor Doutor Óscar Afonso, cumprimentou a Dr.^a Helena Barril na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e aos restantes membros do Executivo Municipal, os Secretários, os Presidentes de Junta de Freguesia de União de Freguesias, presentes e a todos em geral, agradecendo o convite que lhe foi dirigido para participar nesta sessão, o que a honra, manifestando o seu agrado por aqui estar, a assistir ao debate de todas estas problemáticas que dizem respeito à população do Município de Miranda do Douro.

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada a sessão eram doze horas trinta minutos.



O Presidente da Assembleia Municipal

Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal

A Secretária da Sessão
